



ANO 22 Nº 05  
Maio de 2013

# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

## Inflação e juros: o retorno da retórica

A partir do segundo semestre de 2012, a inflação brasileira voltou a entrar numa trajetória ascendente. Como resultado, em março de 2013 a variação acumulada em 12 meses medida pelo IPCA (6,59%) superou o teto máximo estipulado pelo Banco Central (Bacen). Tal fato foi o suficiente para que, em sua reunião de abril, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevasse a taxa Selic em 0,25%.

Apesar de, no discurso oficial, a taxa de juros ser o instrumento adequado para controlar a inflação, através do seu impacto sobre a demanda agregada, são diversos os argumentos que contrariam essa lógica no atual contexto das economias brasileira e mundial. Em primeiro lugar, a inflação tem sido puxada primordialmente pelo crescimento dos preços dos bens não duráveis e dos serviços, os quais, em conjunto, representam cerca de 56,0% do IPCA. No acumulado em 12 meses, os primeiros cresceram 13,2%, enquanto os serviços, 8,4%. No que se refere aos bens não duráveis, o principal determinante do crescimento de seus preços foi o choque de oferta verificado em 2012, essencialmente na produção agrícola. O aumento da Selic não terá por efeito reduzir a demanda desses bens, e, muito provavelmente, terá um efeito nulo sobre a demanda de bens duráveis e semiduráveis, os quais tem tido um crescimento dentro das metas estipulados pelo Bacen.

Já em relação ao crescimento dos preços dos serviços, é preciso considerar que esse fenômeno é reflexo de um processo de ajuste estrutural que vem ocorrendo na economia brasileira, que levou as taxas de desemprego para os menores patamares já verificados no País. A escassez de mão de obra ocupada nessas atividades, associada ao crescimento econômico, e, ainda, ao fato de esses serviços serem não comercializáveis, acaba resultando no crescimento de seus preços. Caso o crescimento econômico se mantenha nos próximos anos, o País deverá continuar convivendo com um crescimento dos preços dos serviços acima da média inflacionária. Somente uma desaceleração acentuada da atividade econômica poderia reduzir esse componente da inflação.

Em terceiro lugar, é preciso considerar o efeito da desvalorização cambial verificada em 2012. Entre os meses de fevereiro e dezembro, a moeda nacional sofreu uma desvalorização de aproximadamente 21,0%. Com a taxa atual estabilizada em torno de R\$ 2,00, associada com o nível de reservas em posse do Bacen e com as baixas taxas de juros internacionais, uma nova desvalorização desse patamar somente ocorreria se fosse por determinação da política econômica. Um aumento das taxas de juros

domésticas poderia, via sua influência no fluxo de capital, afetar a inflação, no caso de uma fuga acentuada de capitais da economia brasileira. Até o momento, nem tal fuga tem ocorrido e tampouco o Governo brasileiro parece querer promover uma nova desvalorização da moeda nacional.

Finalmente, é importante considerar que o aumento da Selic pode favorecer uma entrada de capitais no País, gerando uma valorização do real. Esse efeito seria tão mais intenso quando se considera o contexto de excessiva liquidez mundial provocada pela política monetária norte-americana e, mais recentemente, pela japonesa, associada com as baixas taxas de juros nas maiores economias do mundo. A valorização da moeda nacional, embora possa contribuir para o controle inflacionário, teria consequências perniciosas sobre a competitividade da indústria nacional, a qual vem cambaleando nos últimos anos. A proposta do Governo Dilma de estimular a competitividade industrial é incompatível com o aumento da Selic.

Quais são as perspectivas? Como tem sido costumariamente feito em diversos tipos de análises, a inflação é considerada pontualmente, na sua variação mês a mês ou ainda no fato de a mesma ter ultrapassado o limite máximo da meta. No entanto, um aspecto que muitas vezes é considerado marginalmente é o fato de que um novo choque de oferta e uma nova desvalorização cambial não continuarão operando em 2013, o que já tem levado à desaceleração da inflação. Essa perspectiva aparece não só dentro das estimativas do Bacen como também nas análises mais conservadoras.

Ainda resta a questão de quantos pontos percentuais de aumento da Selic serão necessários para reduzir a inflação. Como tem sido advertido por diversos economistas, a política monetária está longe de ser uma ciência exata, cujos parâmetros possam ser estimados por vetores autorregressivos com escolha arbitrária de variáveis. Ela é um valioso instrumento de administração da economia, mas deve ser considerada dentro de um contexto nacional e mundial. Acima de tudo, é forçoso reconhecer que, tão importante quanto o controle inflacionário, também o foram a redução da taxa de juros para níveis próximos dos internacionais e a conquista de um patamar reduzido de desemprego. Abrir mão dessas conquistas, num cenário de grande instabilidade internacional e com resultados incertos sobre a inflação é, decididamente, um grande equívoco.

**André Luis Contri**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Recuperação é lenta, mas ganha consistência

Nos dois últimos anos, o desempenho da economia brasileira foi bastante frustrante. Após uma expansão do PIB de 7,5% em 2010, a taxa de crescimento desacelerou-se para 2,7% em 2011 e para 0,9% em 2012. Esses resultados, porém, não refletem exatamente a dinâmica observada ao longo de cada ano, discrepância que resulta do carregamento estatístico associado ao cálculo da variação do PIB pela média anual. Ao se analisar a variação ponta a ponta do PIB (nível de produção alcançado no último trimestre do ano em relação ao último trimestre do ano anterior), observa-se um quadro diferente. Nessa comparação, o PIB já estava em desaceleração em 2010, com crescimento de 5,4%, seguiu desacelerando-se em 2011, para 1,4%, e repetiu o resultado de 1,4% em 2012.

É equivocada, portanto, a interpretação de que, no ano passado, houve um aprofundamento da desaceleração do nível de atividade. Em 2011, a economia cresceu no primeiro semestre e estagnou-se em seguida. Parte dessa desaceleração foi induzida pela adoção de políticas fiscais e monetárias contractionistas (com destaque para as medidas macroprudenciais e de contração fiscal), que tinham por objetivo reduzir as pressões inflacionárias observadas no início daquele ano. A essas medidas, somou-se o agravamento do cenário internacional. A profundidade da desaceleração daí decorrente induziu à reversão das políticas adotadas já a partir do segundo semestre de 2011. Porém, a resposta da economia foi lenta. Ao longo de 2012, observou-se uma estagnação no primeiro semestre, seguida de uma tímida recuperação no segundo semestre (ver gráfico).

Nesse sentido, cabe questionar por que as medidas expansionistas, tão exitosas na dissolução da crise de 2009, tiveram um efeito reduzido no ano passado.

A mudança no cenário internacional é uma das causas. Enquanto, em 2010, a economia mundial mostrava alguma recuperação em relação ao “fundo do poço” de 2009, em 2011 e no ano passado prevaleceram dúvidas sobre a capacidade de recuperação dos países desenvolvidos e volatilidades derivadas das dificuldades dos países da periferia do euro e das incertezas a respeito da política fiscal americana. Nesse contexto, a taxa de crescimento do volume das exportações de bens e serviços caiu de 13,5% em 2010 para 3,6% em 2011 e para 2,0% em 2012 (sempre na comparação ponta a ponta).

As incertezas do cenário internacional também afetaram, em alguma medida, os investimentos. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) reduziu-se em 4,4%, após ter crescido 2,0% em 2011 e 11,0% em 2010 (ponta a ponta). Há evidências de que a expansão dos investimentos em 2010, combinada com a redução do ritmo de crescimento da demanda no período subsequente, gerou um excesso de capacidade que ainda não foi completamente absorvido. As dificuldades de retomada do investimento público ao longo do ano passado também contribuíram, ainda que em menor grau, para essa redução.

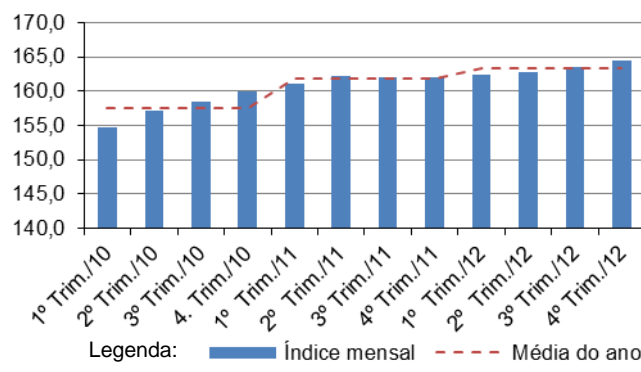
O crescimento de 3,8% do consumo privado em 2012, por outro lado, embora represente uma recuperação em relação à expansão de 2,0% em 2011, ainda é inferior ao

crescimento de 7,2% observado em 2010 e da média de 5,0% observada nos anos anteriores (2004-09). O arrefecimento no ritmo de crescimento do consumo, apesar das várias medidas de estímulo, reflete tanto o maior comprometimento da renda das famílias com o serviço da dívida (média de 22,5% em 2012, contra 21,2% em 2011 e 19,3% em 2010), quanto algum esgotamento do ciclo de consumo de bens duráveis.

Apesar da queda da FBCF, a expansão do consumo agregado (3,5% em 2012, contra 1,6% em 2011) permitiu um crescimento modesto de 2,2% da demanda doméstica em 2012. Essa expansão, porém, não foi suficiente para induzir um crescimento proporcional da produção. Tendo em vista que o crescimento das importações no período foi nulo, o descompasso entre produção e demanda aponta para a redução de estoques no período. Esse fenômeno é corroborado pelos indicadores de faturamento da indústria, que registram crescimento superior ao da produção. Por fim, também houve, no ano passado, alguma redução de oferta devido à estiagem que atingiu parte das Regiões Sul e Nordeste do País.

O que mostram os indicadores dos primeiros meses de 2013? O ritmo de crescimento do consumo, da produção e do emprego é moderado. As vendas do varejo cresceram apenas 2,9% no primeiro bimestre (contra 8,4% em 2012), enquanto a expansão produção da indústria foi de 1,1% (ante uma queda de 2,7% em 2012). O crescimento de 13,3% da produção de bens de capital no primeiro bimestre é um dado positivo, apesar de muito concentrado na recuperação da produção de equipamentos de transporte. De qualquer forma, a elevação das importações de bens de capital no primeiro trimestre (22,0%) e dos desembolsos do BNDES nos 12 meses encerrados em março (21,8%) reforçam a noção de que está ocorrendo algum crescimento na FBCF. Nesse sentido, o ritmo de recuperação é lento, mas ganha consistência com o crescimento dos investimentos. Os riscos associados à sua consolidação parecem, hoje, menores do que no ano passado.

Índice de volume do PIB no Brasil — 2010-12



Legenda: — Índice mensal — Média do ano

FONTE: IBGE.

NOTA: Série encadeada do índice de volume trimestral, série com ajuste sazonal, tendo como base 1995 = 100.

**Cecília R. Hoff**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Evolução da arrecadação de ICMS em 2013

A arrecadação do ICMS, de janeiro a março de 2013, chegou a R\$ 5,3 bilhões, um aumento de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme pode ser observado na tabela. Houve uma melhora na maioria dos setores da economia gaúcha, com destaque para a arrecadação do ICMS da indústria de transformação, que cresceu 53,7%. Esse setor, que concentra quase a metade do total do ICMS, conseguiu arrecadar R\$ 2,6 bilhões. Esse aumento, muito expressivo, pode ser identificado também com os dados do índice de base fixa da produção industrial mensal do RS calculada pelo IBGE, que, no acumulado dos dois primeiros meses de 2013, teve um aumento de 1,5% em relação ao ano anterior.

Apenas dois setores apresentaram quedas. O primeiro foi o comércio atacadista, que arrecadou, de janeiro a março de 2013, menos R\$ 1,4 bilhão, ficando 37,9% abaixo do ano anterior. O segundo foi o serviços e outros, com uma arrecadação de R\$ 561 milhões, 6,2% menor do que o mesmo período do ano anterior. Entretanto a queda nas arrecadações desses dois setores reunidos (comércio atacadista e o serviços e outros) chega a um montante de R\$ 1,9 bilhão, que é bem inferior ao total obtido pela indústria de transformação. Caso o desempenho da arrecadação dos setores do ICMS continue com essa tendência positiva, ao longo dos demais meses de 2013 pode haver menos

dificuldades de caixa do Executivo, comparativamente à situação do ano passado.

Arrecadação do ICMS, por setores, no Rio Grande do Sul — jan.-mar. 2012-13

SETORES DA ECONOMIA	JAN-MAR 2012 (R\$ 1.000)	JAN-MAR 2013 (R\$ 1.000)	Δ%
Indústria de transformação ....	1.701.325	2.615.511	53,7
Indústria de beneficiamento ...	151.730	175.964	16,0
Comércio atacadista .....	2.148.815	1.334.649	-37,9
Comércio varejista .....	507.503	521.501	2,8
Serviços e outros .....	597.382	560.542	-6,2
Outros setores (1) .....	124.956	130.650	4,6
<b>Total .....</b>	<b>5.231.710</b>	<b>5.338.817</b>	<b>2,0</b>

FONTE: Estado do Rio Grande do Sul. Fundação de Economia e Estatística. Arrecadação do ICMS por setores. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>. 16.04.2013>.

NOTA: Os valores do ICMS estão a preços de 1º de abril de 2013 e foram deflacionados pelo IGP-DI.

(1) Abrangem produção animal e extração vegetal, indústria extrativa mineral, indústria de montagem e indústria de acondicionamento e recondicionamento.

**Alfredo Meneghetti Neto**  
Economista, Pesquisador da FEE

## O comportamento do crédito em 2012

O estoque total de crédito do sistema financeiro em 2012, computadas as operações com recursos livres e direcionados, alcançou, segundo o Banco Central, R\$ 2.360 bilhões em dezembro e acumulou crescimento de 16,2% no ano, comparativamente a 19% em 2011 e 20,6% em 2010. Com isso, a relação crédito/PIB atingiu 53,5%, ante 49,0% e 45,2%, nos respectivos finais de anos anteriores.

O menor ritmo de expansão do crédito em 2012, a despeito da trajetória declinante das taxas de juros e dos *spreads* bancários e da estabilização dos índices de inadimplência, mostrou-se consistente com o arrefecimento do nível de atividade econômica e seus impactos sobre as expectativas de empresários e consumidores. Nesse contexto, a evolução do saldo de crédito foi sustentada, principalmente, pelo desempenho das operações com recursos direcionados, que tiveram uma trajetória expansionista, alcançando R\$ 874 bilhões em dezembro, representando um incremento de 20,5% em 12 meses. Para esse resultado, contribuíram as expansões respectivas de 23,6%, 37,6% e 12,4% nas carteiras de crédito rural, habitacional e nos financiamentos do BNDES.

Diante do crescimento dos recursos direcionados, a representatividade dos bancos públicos manteve-se em elevação, atingindo 47,6% do total das operações do sistema financeiro, ante 43,5% em dezembro de 2011. Em contrapartida, as instituições privadas nacionais e estrangeiras tiveram suas participações relativas correspondentes reduzidas em 3,1 p.p. e 1,0 p.p., situando-se em 36,1% e 16,3% respectivamente.

Os créditos com recursos livres corresponderam a 63% da carteira total do sistema financeiro, comparativamente a

64,3% em 2011, mostrando um avanço de 13,9% no ano. Os financiamentos para pessoas jurídicas registraram saldo de R\$ 762 bilhões, o que representou um acréscimo de 16,5% em 12 meses, resultante da variação respectiva de 16% nas carteiras com recursos domésticos, e aumento de 18,2% nas operações financiadas com recursos externos. Os empréstimos a pessoas físicas somaram R\$ 724 bilhões, assinalando expansão de 11,2% no ano.

Enfim, é possível afirmar que o crédito em 2012 apresentou uma trajetória de expansão, embora a um ritmo mais moderado do que nos últimos anos. Quatro aspectos chamam atenção na evolução recente do crédito: o crescimento mais acelerado das concessões por parte dos bancos públicos, em comparação com os privados; a expansão mais forte no crédito direcionado, em especial para habitação, comparativamente ao crédito com recursos livres; a redução das taxas médias de juros para empréstimo tanto para pessoa jurídica quanto para pessoa física, que se deve não apenas à redução da taxa básica – do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) –, mas também à queda dos *spreads*; e o aumento do comprometimento de renda das famílias.

A perspectiva para 2013 é de que os bancos públicos continuarão liderando a expansão do crédito, e o crescimento do estoque total de crédito do SFN se situará em torno de 14%, abaixo, portanto, de 2012.

**Edison Marques Moreira**  
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — out./12-mar./13

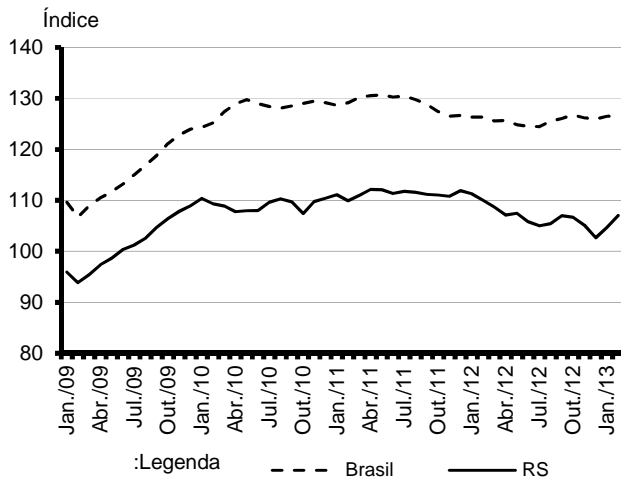
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
Out./12	0,59	4,38	5,45	0,02	7,12	7,52	
Nov./12	0,60	5,01	5,53	-0,03	7,08	6,96	
Dez./12	0,79	5,84	5,84	0,68	7,81	7,81	
Jan./13	0,86	0,86	6,15	0,34	0,34	7,91	
Fev./13	0,60	1,47	6,31	0,29	0,63	8,29	
Mar./13	0,47	1,94	6,59	0,21	0,84	8,05	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./13

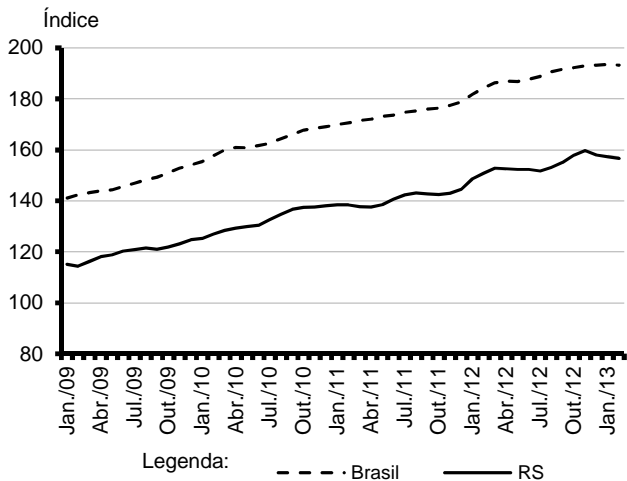


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./13



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — out./12-mar./13

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Out./12	Nov./12	Dez./12	Jan./13	Fev./13	Mar./13		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	2,03	2,07	2,08	2,03	1,97	1,98	2,00	2,01
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	87,6	88,1	88,8	86,4	83,9	83,0	84,4	86,0
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25	7,25	7,71
Superávit primário (% do PIB) .....	-3,2	1,4	-5,7	-7,9	0,8	-0,9	-2,7	-2,0
Balança comercial (US\$ milhões) .....	1.653	-188	2.246	-4.039	-1.278	161	-5.156	11.839
Exportações (US\$ milhões) .....	21.763	20.472	19.748	15.967	15.550	19.320	50.837	238.337
Importações (US\$ milhões) .....	-20.110	-20.660	-17.502	-20.006	-16.827	-19.159	-55.992	-226.497
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-5.428	-6.257	-8.406	-11.367	-6.618	-6.873	-24.858	-67.027

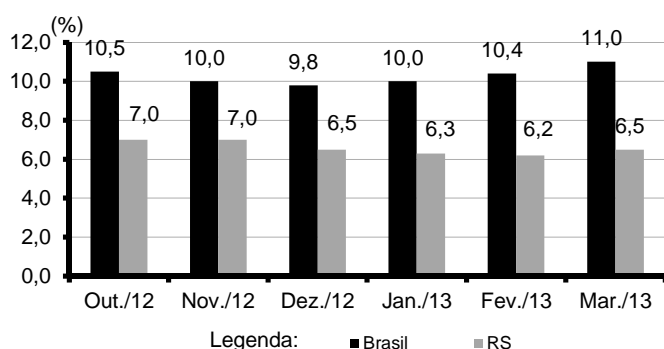
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 22 nº 05

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — out./12-mar./13

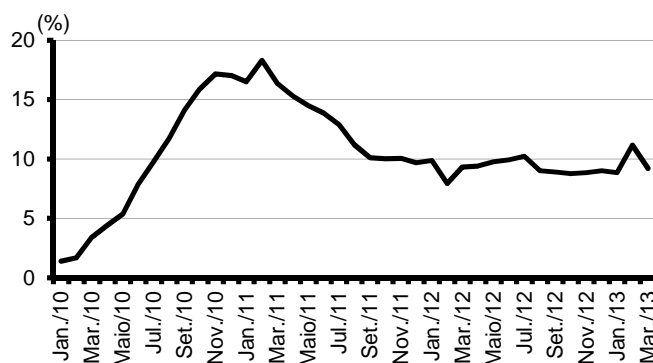


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-mar./13



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.  
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

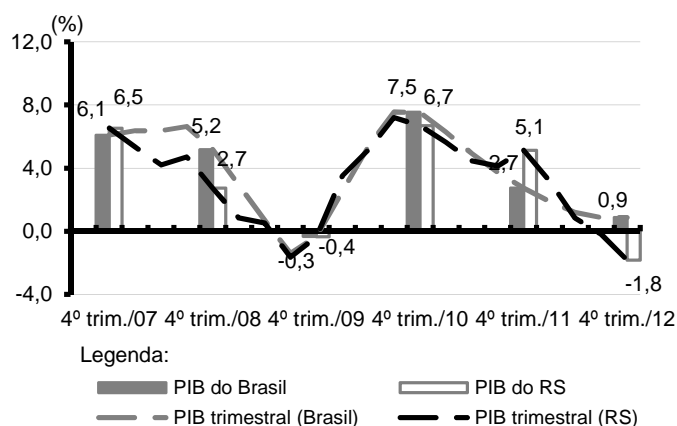
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — out./12-mar./13

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Out./12	15.098	202.360	7,5	-9,6	-4,6	-9,7	0,0	0,2	-4,2
Nov./12	16.287	222.831	7,3	-9,8	-4,7	-10,2	1,3	0,6	-5,5
Dez./12	17.386	242.580	7,2	-10,5	-5,3	-11,1	1,0	0,8	-5,7
Jan./13	1.036	15.967	6,5	-6,1	-1,1	-19,3	4,3	16,4	-5,1
Fev./13	2.118	31.516	6,7	-5,9	-7,8	-18,0	-5,2	14,7	-2,7
Mar./13	3.530	50.837	6,9	-4,3	-7,7	-10,8	-4,2	8,1	-3,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

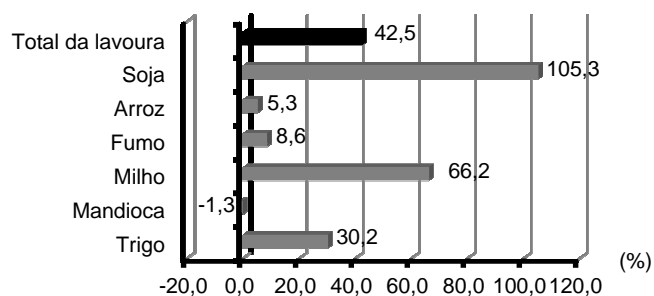
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-4º trim./12



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — mar./13



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

## Migrações entre as mesorregiões gaúchas no período 2005-10

A análise das migrações entre as mesorregiões no Estado representa uma tentativa de compreender os fenômenos econômicos e sociais que influenciam o crescimento regional. Esse estudo foi baseado no Censo Demográfico de 2010, utilizando a informação de onde as pessoas declararam residir em 2005. Com base nesses dados, verifica-se que os movimentos populacionais entre as mesorregiões gaúchas alcançou um contingente de 260 mil pessoas nesse período. No final das décadas de 80 e 90, o Noroeste rio-grandense destacava-se com o maior número de emigrantes, tendo um terço do total dos mesmos — mais de 100 mil pessoas. O Censo de 2010 revelou que essa região perdeu a primeira posição para a Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo, cada região, em torno

de 24% dos emigrantes totais no período 2005-10. Em terceiro lugar no número de emigrantes está a Região Sudoeste, com participação crescente a partir dos três últimos censos, chegando a 15% entre 2005 e 2010. O maior fluxo de imigrantes foi para a Região Metropolitana de Porto Alegre, representando 90 mil pessoas (34,3%). Em segundo lugar como região de atração, está o Nordeste do Estado, com 50 mil pessoas (19,1%), e, em terceiro lugar, está a Região Noroeste, com 38 mil (14,4%). As duas primeiras regiões apresentam saldos migratórios positivos de 26.173 e 22.583 pessoas respectivamente. Já na Noroeste, o número de imigrantes não compensou o de emigrantes, tendo o maior saldo negativo entre as regiões, de 25.324 pessoas.

Número de imigrantes e emigrantes, saldo migratório e distribuição percentual entre as mesorregiões do Rio Grande do Sul — 2005 -10

DISCRIMINAÇÃO	NOROESTE	NORDESTE	CENTRO OCIDENTAL	CENTRO ORIENTAL	METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE	SUDOESTE	SUDESTE	TOTAL
Imigrantes .....	37.547	49.840	20.041	27.108	89.711	18.812	18.358	261.417
Emigrantes .....	62.871	27.257	23.917	23.541	63.538	38.908	21.385	261.417
Saldo migratório .....	-25.324	22.583	-3.876	3.567	26.173	-20.096	-3.027	-
Percentual de emigrantes	24,1	10,4	9,1	9,0	24,3	14,9	8,2	100,0
Percentual de imigrantes	14,4	19,1	7,7	10,4	34,3	7,2	7,0	100,0

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2010.

**Marilene Dias Bandeira**  
Estatística, Pesquisadora da FEE

## Perspectiva da safra gaúcha em 2013

A divulgação mensal da previsão de safra pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE, permite inferir que, ao contrário do ano passado, a safra gaúcha de 2013 será uma das melhores dos últimos anos.

Historicamente, a economia gaúcha caracteriza-se por apresentar um crescimento volátil e diverso do nacional, muito em função da influência do clima em sua agricultura. De fato, por ser o Brasil um país de tamanho continental, os efeitos climáticos se diluem mais na média nacional do que na do Estado. Além disso, o setor agrícola é mais relevante na estrutura produtiva gaúcha que na brasileira, tendo a agroindústria um elo encadeador na economia bem mais expressivo que em nível nacional.

Em 2011, com o clima favorável ao desenvolvimento das lavouras, a economia gaúcha cresceu 5,1% contra 2,7% da do Brasil, e, em 2012, ano de estiagem, o RS decresceu 1,8% enquanto o País cresceu 0,9%. A agropecuária foi a atividade com desempenho mais distinto. No RS, em 2011 cresceu 18,7% e, em 2012, -27,6%, enquanto, no Brasil essas taxas foram, respectivamente, 3,9% e -2,3%.

A LSPA de março de 2013 mostra que as estimativas para o ano dos principais produtos da lavoura gaúcha apresentam produção maior do que a da safra anterior, sinalizando um desempenho elevado para o ano. Estima-se um crescimento médio da produção agrícola gaúcha superior a 42%.

Tanto em relação à produção quanto à produtividade, verificam-se previsões de taxas de crescimento elevadas, fruto da base de comparação baixa, entretanto, sem alcançar

os valores da extraordinária safra de 2011. Quanto à produção, os destaques são soja e milho, com taxas de crescimento de 99,3% e 49,0%, respectivamente, seguidos de trigo (30,3%), fumo (9,4%) e arroz (4,3%). Esses produtos perfazem mais de 80% do valor da produção da lavoura do RS.

Considerando a participação em torno de 10% da agropecuária na estrutura do PIB e que a lavoura corresponde a mais de 55% da atividade agropecuária, a previsão de um ótimo crescimento agrícola dará uma expressiva contribuição para o crescimento do PIB gaúcho de 2013.

Produção e taxas de crescimento de produtos selecionados da lavoura gaúcha — 2011-13

CULTURAS	PRODUÇÃO (1000 t)			TAXAS DE CRESCIMENTO (%)		
	2011	2012	2013 (1)	2012 2011	2013 2012	2013 2011
Soja .....	11.621	5.945	12.206	-48,8	105,3	5,0
Arroz .....	8.942	7.692	8.097	-14,0	5,3	-9,4
Fumo .....	498	397	431	-20,2	8,6	-13,4
Milho .....	5.776	3.155	5.243	-45,4	66,2	-9,2
Trigo .....	2.742	1.866	2.431	-31,9	30,2	-11,3

FONTE: LSPA/IBGE.

(1) Previsão com dados de mar./13.

**Sérgio Fischer**  
Economista, Pesquisador da FEE



## A ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente, em Porto Alegre

Um dos principais problemas socioambientais relacionados à urbanização é a formação de núcleos de ocupação irregular por famílias de baixa renda. Essas famílias acabam estabelecendo-se em áreas que, de maneira geral, são inadequadas para a ocupação humana e não interessam ao mercado imobiliário — encostas íngremes, topos de morros, beiras de cursos e corpos d'água, áreas alagadiças, dentre outras. Tais áreas, além de apresentarem grande fragilidade ambiental, oferecem riscos à população, como deslizamentos de encostas, alagamentos, enchentes e inundações.

Além de impróprias, essas áreas são, muitas vezes, de uso legalmente restrito ou proibido, pois coincidem com as Áreas de Preservação Permanente (APP), que são protegidas por lei (Lei Federal nº 12.651/2011). O principal objetivo desse instituto legal é preservar os recursos hídricos, a fauna e flora e o bem-estar das populações humanas. Ele veda qualquer tipo de uso, à exceção daqueles considerados pelo poder público como de utilidade pública ou interesse social.

As APP utilizadas para esta análise são aquelas exclusivamente relacionadas à hidrografia, ou seja, faixas no entorno de cursos e corpos d'água e nascentes. As faixas de preservação, calculadas a partir dos critérios definidos pelo Código Florestal, foram: (i) 30 metros no entorno de cursos d'água de até 10 metros de largura; (ii) 30 metros no entorno de lagos e lagoas naturais localizados em área urbana (Lago Guaíba); (iii) raio de 50 metros no entorno de nascentes.

Em Porto Alegre, cerca de 9% da área total do Município (4.206ha) constituem Área de Preservação Permanente de hidrografia. Por lei, como já foi dito, essas áreas não admitem qualquer tipo de uso, incluindo-se a ocupação humana, porém, em muitas delas verifica-se a presença de núcleos de ocupação irregular, na maioria das vezes, de população de baixa renda.

Entende-se aqui por núcleo (ou vila) de ocupação irregular os assentamentos informais cuja população não possui nenhum vínculo formal de posse ou de propriedade com a terra. No caso da ocupação em APP, a ausência desse vínculo se dá, primordialmente, pela restrição legal de uso, o que torna o processo de regularização bastante problemático e, por vezes, impraticável.

Porto Alegre possui, de acordo com dados do último levantamento do Departamento Municipal de Habitação (Demhab) feito em 2009, 488 núcleos de ocupação irregular, que somam 1.686ha, ou cerca de 4% da área total do Município. Dentre esses núcleos, apenas 136 estão inseridos no Programa de Regularização Fundiária do Município, com algum projeto em andamento, em elaboração ou já concluído.

Os núcleos de ocupação irregular concentram-se no eixo centro-norte da Capital, sendo que os bairros que apresentam as maiores áreas são o Rubem Berta, com 633,48ha (cerca de 40% do total), Coronel Aparício Borges, 332,5ha, e Mario Quintana, 295,3ha, todos localizados na Zona Norte.

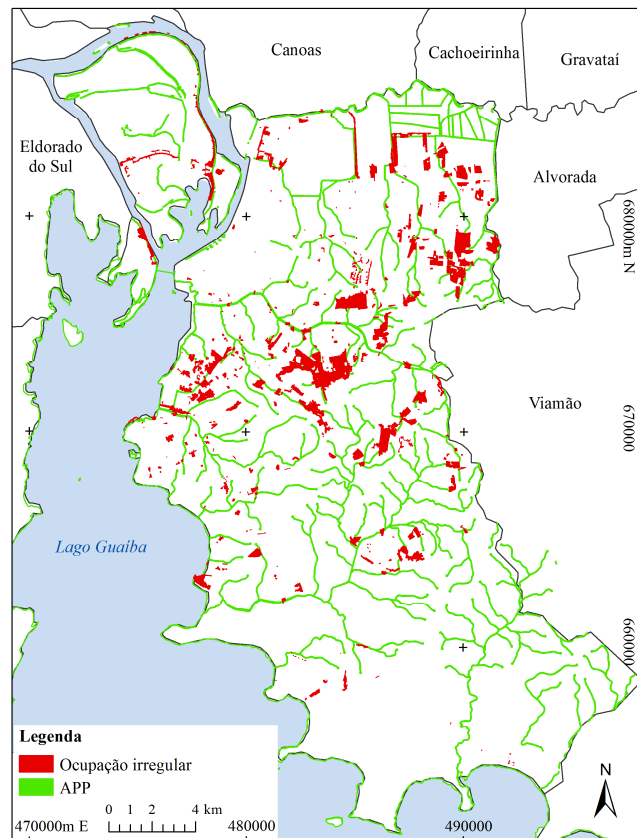
Do total da área ocupada por núcleos irregulares existentes no município, 162ha — 9,6% das vilas de Porto Alegre — estão em APP de hidrografia.

A população residente nessas áreas acaba exposta a uma série de riscos à sua segurança e à sua saúde, além de contribuir para a degradação do meio ambiente natural. Por

exemplo, a supressão da vegetação, resultante da ação antrópica, pode ocasionar a lavagem do solo pelas águas da chuva, fazendo com que o mesmo se torne suscetível aos processos erosivos, que culminam em deslizamentos e escorregamentos. Isso, somado à impermeabilização do solo, inerente às áreas urbanas, diminui a absorção da água da chuva, aumentando a velocidade (e a quantidade) do escoamento superficial, o que também resulta em processos erosivos mais abruptos e severos. Consequência disso são os recorrentes eventos danosos, como enchentes, inundações, deslizamentos e soterramentos, especialmente em épocas de intensa precipitação, que resultam em prejuízos econômicos, sociais e ambientais.

Regularizar tal situação mostra-se uma tarefa bastante complexa, uma vez que envolve inúmeras questões ambientais, legais, sociais e econômicas. De um lado, a intensa exploração da terra pelo mercado imobiliário, praticamente inviabiliza para o poder público a aquisição de terrenos próprios para reassentar as famílias residentes nessas áreas. Por outro lado, a própria ilegalidade das ocupações e, sobretudo, a precariedade das condições de vida nas APP impõem o estabelecimento de uma estratégia consequente, ainda que gradual, de enfrentamento dessa problemática.

Núcleos de ocupação irregular em Áreas de Preservação permanente (APP), em Porto Alegre — 2009



Mariana Lisboa Pessoa  
Geógrafa, Pesquisadora da FEE

## Tributação e competitividade da agroindústria da soja

O recrudescimento da inflação no primeiro trimestre de 2013, tendo como principal vilão o grupo de alimentação e bebidas, contribuiu para que um antigo pleito do setor industrial fosse atendido pelo Governo Federal. Trata-se da desoneração dos tributos federais cobrados sobre os produtos da cesta básica.

Publicada em oito de março, a Medida Provisória nº 609 zerou as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda, no mercado interno, dos seguintes produtos: carnes (bovina, suína, ovina, caprina e de aves), peixes, café, açúcar, óleo de soja, manteiga, margarina, sabonete, pasta de dente e papel higiênico. Os demais produtos da cesta já se beneficiavam da desoneração.

Ao adotar a medida, além dos efeitos distributivos, o Governo projetou uma redução nos preços dos produtos atingidos equivalente ao percentual das alíquotas vigentes anteriormente (9,25% e 12,5%). Porém, isso ainda não ocorreu e, na prática, por mais paradoxal que possa parecer, a desoneração afetou negativamente alguns setores industriais do agronegócio, que são preponderantemente exportadores.

Esse é o caso da agroindústria da soja. A aquisição da soja em grão e demais insumos para fins de processamento gera créditos tributários, ordinários e presumidos, compensados no momento das vendas dos produtos (farelo, óleo, margarina, etc.) no mercado interno. Porém, uma parcela significativa do farelo e do óleo de soja produzidos no Brasil é exportada, operação que está isenta de tributos. Mesmo antes da vigência da MP 609, as empresas menos diversificadas do setor sofriam com o acúmulo crônico de créditos tributários e manifestavam a necessidade de ajustes no modelo vigente.

A desoneração da cesta básica aprofundou esse desequilíbrio, pois a indústria continua acumulando créditos tributários ao longo da cadeia de produção, mas tem agora bloqueada a possibilidade de sua compensação através da venda do óleo e da margarina no Brasil. Na prática, tornou-se ainda menos provável o aproveitamento do estoque de créditos a que o setor tem direito (aproximadamente R\$ 4,5 bilhões) e inviável o repasse completo do “desconto do imposto” ao consumidor final.

Em última análise, o que está em jogo é a própria competitividade externa da agroindústria brasileira. A posição de liderança do Brasil na produção mundial de soja tende a se consolidar nos próximos anos. Porém as perspectivas para a agroindústria são muito menos favoráveis. À manifesta preferência chinesa pela importação da soja em grão, em detrimento do farelo e das carnes, se soma o imbróglio tributário interno, que impede a agroindústria brasileira de pegar carona no crescimento da produção agrícola. Entre 1998 e 2013, a safra de soja cresceu

157%, e o processamento interno da matéria-prima avançou apenas 78%, sendo sustentado, sobretudo, pela demanda doméstica de farelo para alimentação de suínos e aves (ver tabela).

A relevância dos condicionantes locais para o fraco desempenho da agroindústria brasileira é realçada, quando analisada à luz da experiência do vizinho argentino. Apesar de concorrer nos mesmos mercados e ser liderada pelas mesmas empresas que operam no Brasil (ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus), a agroindústria argentina desfruta de maior competitividade internacional, graças a uma política tributária que incentiva a agregação local de valor e desestimula a exportação da matéria-prima.

A recente sinalização de que o Governo Federal está preparando um novo modelo para o setor, similar ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), pode representar o início de um novo momento. Especula-se que, por esse modelo, os créditos tributários vinculados às exportações dos produtos da soja poderão ser abatidos de outros tributos devidos ou ainda recebidos em dinheiro. Se concretizada a medida, seu impacto dependerá, fundamentalmente, da calibragem da alíquota incidente sobre as receitas de exportação e da velocidade de monetização dos créditos.

O Rio Grande do Sul, terceiro maior produtor nacional de soja, mantém, há mais de 15 anos, estagnada a sua capacidade de processamento, e uma parcela cada vez maior da safra está sendo exportada sem adição de valor (22% em 1997 contra 55% em 2012, segundo dados da Conab). A reversão dessa tendência é importante para o fortalecimento da economia das cidades do interior do Estado; daí a necessidade de se acompanhar com atenção o avanço da negociação do novo modelo tributário.

Complexo soja no Brasil e na Argentina — 1998 e 2013

ATIVIDADES	(milhões de toneladas)					
	BRASIL			ARGENTINA		
	1998	2013 (1)	Δ%	1998	2013 (1)	Δ%
Safra .....	32,50	83,50	156,9	19,50	51,50	164,1
Exportação grão	8,76	36,75	319,5	2,82	10,35	266,9
Processamento ...	19,95	35,55	78,2	12,89	35,20	173,2
Exportação farelo	9,59	13,75	43,4	9,24	26,02	181,8
Exportação óleo ..	1,18	1,50	26,7	1,97	3,83	94,6

FONTE: United States Department of Agriculture.

(1) Projeções de 10 de abril de 2013.

**Rodrigo D. Feix**  
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 02.05.13).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Miriam De Toni.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos.

**Editoração:** Breno Camargo Serafini (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística**

**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691

Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br